



Migrações, TICs e comunidades transnacionais: o devir diaspórico na era global¹

Mohammed ElHajji²

ECO-UFRJ

RESUMO

Observa-se que os grupos migrantes tendem, hoje, a persistir nos seus laços simbólicos e afetivos com a terra de origem e outras comunidades irmãs espalhadas pelo mundo, em detrimento de um maior enraizamento na sociedade de destino e aproximação dos grupos sociais vizinhos submetidos às mesmas circunstâncias históricas imediatas. Também há de reconhecer a existência de uma esfera identitária transnacional, fruto, principalmente, do efeito acelerador das TICs sobre o da História. Para uma compreensão satisfatória do fenômeno, este trabalho objetiva conjugar o fenômeno migratório e a questão identitária que lhe é relacionada ao processo de globalização e às TICs; focando, em especial, a evolução das comunidades diaspóricas e sua transformação em conjuntos identitários transnacionais, ancorados em reconhecimentos plurais e pertencimentos multiterritoriais.

PALAVRAS-CHAVE

Migrações; globalização; comunicação comunitária; transnacionalismo; TICs.

O objetivo deste trabalho é conjugar o fenômeno migratório e a questão identitária que lhe é relacionada ao processo de globalização enquanto quadro organizacional geral da contemporaneidade e às novas tecnologias de comunicação em sua função de vetor social, cultural, ideológico e subjetivo. A perspectiva, aqui adotada, enseja focar mais especificamente a evolução das comunidades diaspóricas e sua transformação, fundada no uso e apropriação das TICs, em conjuntos identitários transnacionais, ancorados em reconhecimentos plurais e pertencimentos multiterritoriais.

Para tanto, partimos da constatação empírica da existência, na atualidade, de uma esfera identitária transnacional marcada pelo princípio de hifenização, pluripertencimento, múltiplas lealdades e diversidade dos quadros simbólicos de reconhecimento cultural e étnico. Fato devido, a nosso ver, à configuração social, política e econômica do mundo contemporâneo e, principalmente, ao efeito acelerador das TICs sobre o curso e

¹ Trabalho apresentado no GP Geografias da Comunicação, XI Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Professor da ECO-UFRJ. Doutor em Comunicação e Cultura. Email: mohahajji@gmail.com



velocidade da História. O que justifica, no quadro deste estudo, questionar o valor e significado das identidades nacionais, culturais e étnicas localmente delimitadas e espacialmente arraigadas.

Pois, ao contrário de outras épocas e cenários organizacionais, os grupos migrantes tendem a persistir (ou inventar) nos seus laços simbólicos e afetivos com a terra (real ou imaginária) de origem e outras comunidades espalhadas pelo mundo, oriundas de ou religadas ao mesmo mito fundador. Em detrimento de um maior enraizamento na terra e sociedade de destino e acolhimento, e uma efetiva aproximação dos grupos sociais, culturais ou étnicos vizinhos geograficamente contíguos e igualmente submetidos às mesmas circunstâncias históricas imediatas.

Iniciemos, então, nosso percurso analítico a partir da instância identitária, por ser o cerne e âmago daquilo que interesse, em primeiro lugar, toda teoria social ou humana: o sujeito.

1. Identidades singulares e identificações plurais

A noção primária de identidade (antes de ela ser étnica, cultural ou nacional) remete ao que há de mais profundo na estrutura psicológica do indivíduo. Ela engloba o conjunto dos quadros imaginários, simbólicos, culturais e sociais que subtendem o seu “estar-no-mundo” e lhe permitem elaborar a sua auto-imagem e a imagem de si que deseja projetar para o mundo e para a sociedade na qual se situa e atua. O indivíduo e a sociedade são, justamente, os dois termos dessa equação, na medida em que a enunciação de nossa subjetividade é necessariamente social e discursivamente significada. Portanto, os dois pólos são totalmente imbricados, correlacionados e interdependentes na produção de estruturas de diferenciação individual, cultural e social.

Os estudiosos da questão não deixam dúvida quanto à importância do substrato histórico, social, cultural e étnico na formação da identidade individual e na produção de sua subjetividade. Erikson (1987), Mead (1928) ou Brandão (1986) – todos concordam com a premissa da construção da identidade segundo a dupla dinâmica de singularidade (ser único – indivíduo enquanto aquilo que não se pode dividir) e de identificação no e ao grupo de pertencimento, seus ícones, ídolos, valores, cultura e



visão de mundo. A emergência da individualidade é, assim, o resultado de uma contínua negociação entre pluralidade e singularidade – em sintonia com o contexto histórico e as condições sociais gerais do momento.

Mas, unicidade não significa unidade. Ainda que singular e única (por sua posição histórica, social e subjetiva exclusiva), a identidade individual não é una e homogênea, mas sim composta e compósita, polifônica e multifacetada. Tanto em termos de identificação, reconhecimento e afinidade social, profissional e de classe como de gênero e sexo ou, ainda, nos planos étnico, cultural, nacional, ideológico, etc.. Trata-se, em suma, de uma miríade de fatores e elementos simbólicos que compõem a configuração existencial responsável pela enunciação de uma subjetividade dada (GUATTARI, 1993; HALL, 2001; BAUMAN, 2004). A ressalva toma um sentido mais agudo ainda quando são consideradas as particularidades históricas, civilizacionais e organizacionais da época contemporânea; conforme descrito mais adiante.

A essa altura de nossa análise, todavia, precisamos atentar aos recortes coletivos da identidade, por sua relevância para os vieses diaspóricos e transnacionais que interessam nosso presente estudo. De fato, independentemente da natureza heterogênea de todo sujeito contemporâneo, não se pode ignorar a dimensão grupal da identidade deste mesmo sujeito, e o papel dessa dimensão na recepção, tradução e metabolização dos discursos sociais, no processo maior de produção de sentido e conformação da visão de mundo do sujeito.

Algumas das identificações podem ser vocacionais, opcionais, transitórias ou virtuais. Ou, ainda, podemos imaginar indivíduos que, por convicções ideológicas ou filosóficas não reconhecem nenhum pertencimento orgânico ou lealdade a qualquer grupo “natural” ou histórico. Mas, mesmo assim, tais indivíduos podem e, geralmente, são apontados e identificados por seu entorno social enquanto membros de determinadas coletividade ou comunidade ancestrais, territoriais, sanguíneas ou orgânicas; como a origem geográfica, língua, etnia, cultura, credo, etc..

A emergência ou endosso desse tipo de identificação a uma entidade diferenciada, todavia, não é nem um reflexo sistemático nem uma atitude inata, mas sim uma reação relativa e proporcional ao sentimento de necessidade de perpetuação de uma marca simbólica determinada – por ser considerada ameaçada de opressão e extinção ou de



diluição e aviltamento (no caso dos grupos suprematistas “raciais”, sociais ou religiosos). Quanto mais isolado, minoritário ou menorizado, ameaçado ou marginalizado o grupo se sente, mais seus discursos identitários serão afetados pela radicalização e dramatização de sua diferença perante outros grupos.

Evidentemente, nenhum grupo social ou comunidade cultural vive ou pode viver em isolamento. Pelo contrário, é a troca de “mulheres, mercadorias e palavras” que fundamenta toda organização social (LÉVI-STRAUSS, 1981). Todas as culturas e todas as identidades são o resultado de enumeráveis empréstimos, mestiçagens, apropriações e traduções. Porém, para que os valores (atuais) desse grupo ou essa cultura (na sua versão mais recente) sejam abraçados, adotados e perpetuados, é necessário que seja produzido (através de algumas das instituições do grupo) um discurso argumentativo que destaque o que essa cultura e identidade possuem de singular e de diferente das demais.

Ou seja, conforme observa Brandão (1986), o próprio fato de falar-se em “identidade” (étnica ou cultural, por exemplo) e não apenas em indivíduos ou pessoas (sociais) aponta, geralmente, para situações de conflito ou atrito, reais ou potenciais. Pois, segundo o mesmo autor, as comunidades ou coletividades (enquanto quadro simbólico – cultura, língua, religião, etc...) são movidas pelo princípio de contraste: ser diferente por contraste a outros e aos outros. A principal justificativa pertinente da afirmação de uma identidade coletiva determinada seria, neste sentido, a sua suposta diferença em relação a todas as outras.

Eleger o pertencimento étnico como marco identitário implica, portanto, em delimitar territórios simbólicos e/ou reais e elaborar estratégias discursivas e políticas de diferenciação. Ou, dito de modo mais direto, enunciar a sua identidade etnicamente equivale a uma tomada de posição política dentro de um sistema social ele mesmo étnica e culturalmente hierarquizado. Ora, num mundo dominado pelas teorias ultraculturalistas que, muitas vezes, mal escondem seu teor racista e xenófobo, o reconhecimento étnico tende a se tornar um referencial incontornável nas relações sociais.

Não é por acaso que, no contexto das migrações contemporâneas, o discurso étnico-cultural (que pode incluir elementos nacionais, lingüísticos e/ou religiosos) se revelou



um poderoso catalisador ideológico, capaz de secretar complexos mecanismos de estruturação da vida social sob todas as suas formas. Funcionando, notadamente, como molde (parcial ou predominante) dos quadros simbólicos que estabelecem os critérios de reconhecimento e as regras de conduta dentro do próprio grupo e nas relações com o resto da sociedade. Mas, antes de abordar o capítulo migratório, examinamos o quadro organizacional global da contemporaneidade, para melhor delimitar as coordenadas espaciotemporais da problemática aqui tratada.

2. Espaços locais e tempo global

Conforme frisamos no tópico anterior, o substrato territorial, do território existencial, mas também do espaço físico e do lugar real é essencial à elaboração de construtos identitários diferenciais e diferenciados; principalmente em que diz respeito às formações identitárias a caráter étnico ou cultural (SODRÉ, 1988). O princípio, amplamente destacado tanto pelos estudos sociológicos como antropológicos, pode ser sintetizado na afirmação de Maffesoli, segundo a qual o espaço local seria o elemento fundador do estar-junto coletivo de toda comunidade a caráter cultural, étnico ou confessional; no molde da casa da infância que permanece “o paradigma de todas as raízes ou de toda busca de raízes” (1984: 54).

A identidade étnica ou cultural do grupo parece condicionada a certa aderência de sua memória coletiva ao espaço (território ou lugar); sem o qual a sua marca subjetiva corre o risco de se diluir no continuum temporal, desprovido de referenciais perenes e imutáveis. Nossos processos mnemônicos seriam acionados e desencadeados por signos espaciais externos que transformam gestos anódinos em atos simbólicos passíveis de reconstituir a experiência ritualística existencial do grupo de origem, enriquecê-la e religar (não é mais preciso lembrar que, etimologicamente, a religião é um modo de religar - religare) as gerações presentes e futuras às antepassadas.

Razão pela qual Halbwachs insiste na importância do espaço físico e material para uma compreensão adequada da questão da memória coletiva – base da identidade étnica. Ele destaca o valor insubstituível do lugar de nossa vivência, investido de nossa subjetividade e nossos desejos, ao qual sempre temos acesso ou, pelo menos, “nossa imaginação ou nosso pensamento é a cada momento capaz de reconstruir” (1990: 132). Já que, em função da fluidez de nossas impressões e nossos sentimentos, só é possível



recuperar o passado através da sua concretude materializada no espaço físico de nosso entorno; o “lugar de nossa memória”, para parafrasear outro estudioso da problemática – Nora (1997).

Ou seja, a base espacial seria imprescindível para a edificação da memória coletiva dos grupos étnicos e culturais – sem esquecer que toda memória é coletiva, no entendimento dos dois autores supracitados. Templo, monumento, paisagem natural ou casa de infância são elementos materiais constitutivos de nossa memória coletiva e nossa identidade étnico-cultural. Fato que explica as tradicionais e, muitas vezes, exuberantes práticas espaciais dos grupos exilados e diaspóricos. Bairros étnicos, clubes, lugares de culto, festas e comemorações ritualísticas são algumas das modalidades espaciais empreendidas pelos imigrantes, no afã de reterritorializar a sua identidade étnica e desenhar estratégias de seu enraizamento na sociedade de acolhimento.

Park (1928), Harvey (1993) ou Maffesoli (1984), entre outros, apontam a natureza pluri-étnica das metrópoles européias e norte-americanas, devido à presença maciça de grupos de imigrantes em busca de ressimbolização e ressignificação do espaço de destino para reinventar o território de origem. Metrópoles compostas por “constelação de entidades (...) étnicas onde são vividos, no dia-a-dia, práticas e costumes característicos” (MAFFESOLI, 1984: 53) ou, ainda, “uma pletora de pequenas Itálias, Havanas, Tóquios, Coréias, Kingstons e Karachis, bem como Chinatowns, barrios latinos, quarteirões árabes, zonas turcas etc..” (HARVEY, 1993: 87).

Antes de serem, todavia, guetos estanques, essas configurações simbólico-territoriais constituem espaços de encontros, trocas e misturas com o conjunto da sociedade. Na maioria dos casos, o território étnico não passa de um espaço de transição, uma interface cultural que possibilita uma integração suave e proporcional à ascensão social almejada por todo imigrante. Esforço de enraizamento e reterritorialização que, na prática comunicacional, se reflete por notáveis estruturas de comunicação e mídia comunitárias.

Jornais, revistas e programas de rádio e TV locais que, por sua vez, funcionam como instrumento de inserção da comunidade exilada no seu novo universo social. Pois, é nessas mídias que se dá o trabalho de tradução da nova realidade local e de negociação do lugar do grupo na nova sociedade. Se existe uma correlação estreita entre as formas organizacionais de uma comunidade e as instâncias de enunciação de seu projeto sócio-



histórico, é, de fato, na medida em que, ao elaborar as suas práticas discursivas, a comunidade procura desenvolver estratégias que atuem como dispositivos simbólicos na disputa pela imposição de sentido (ainda que plural e polifônico) tanto junto a seus próprios membros como junto à sociedade em geral.

Alem de ser essencial para a produção, reprodução e circulação de sentido dentro e fora do grupo, o discurso elaborado pelos meios de comunicação comunitária constitui em si um edifício ideológico reflexivo que objetiva provocar voluntariamente um impacto na cognição social de seus receptores internos e externos. Desempenhando assim, um papel intencional crucial na validação, expressão e legitimação de seu universo social, cultural e político, aos próprios olhos dos membros do grupo e aos olhos do mundo. O que nos dá um indício efetivo do quanto é vital para esses grupos poder se manifestar sobre a realidade social e política na qual eles se inserem para se posicionarem com relação à sociedade e oferecer a seus membros um quadro coerente de ação e argumentação ancorado na realidade local e imediata.

Porém, com o advento da globalização, há de reconhecer que este paradigma espacial-territorial-comunitário-local, tido quase que como natural, se encontra, hoje, abalado pelo avanço e velocidade das atuais tecnologias de comunicação. Tecnologias cuja principal especificidade consiste no deslocamento das instâncias de mediação política, econômica e social da dimensão espacial para a temporal, e a instituição do princípio de instantaneidade e de imediatez como base de regulação de nossa experiência significativa.

O conceito de globalização não deve, portanto, ser entendido em relação à abrangência do globo terrestre, mas sim no sentido da globalidade de uma ação ou de um processo; ou seja, a possibilidade de sua realização ou vivência simultânea em múltiplos pontos do espaço. Perspectiva corroborada pela proposta de Harvey (1993) de uma operação matemática que possibilite o cálculo do grau de “encolhimento” do planeta em função da velocidade tecnicamente possível para cobri-lo. Considerando que as distâncias “vivas” entre diferentes pontos do espaço físico são inversamente proporcionais ao tempo necessário para atravessá-las.

Essa velocidade, enquanto fator estruturante do atual processo de globalização, não deve, todavia, ser entendida no sentido de uma equação matemática “tempo/espaço”,



mas sim cognitiva “tempo/informação”. Não se trata da definição física clássica da noção de velocidade, relativa ao “tempo necessário para percorrer uma distância dada”, mas sim de uma acepção epistemológica nova: o tempo necessário para acessar ou gerar um determinado volume de informações. Tornando, assim, virtualmente possível a utopia do mundo como “um lugar só”, devido ao princípio de instantaneidade das TICs.

O efeito direto dessa configuração tecno-socio-subjetiva é a debilitação progressiva da instância espacial comunitária, já que a conexão do grupo diaspórico com o mundo não se limita mais à realidade imediata da sociedade de destino, mas sim é continuamente reformatada pela mídia transnacional do país, terra ou cultura de origem. É, de fato, essa equação que possibilita o surgimento efetivo e concreto das culturas e identidades transnacionais, fundadas numa origem comum, mas independentes dos quadros organizacionais estatais e territoriais tradicionais.

O que implica, para as comunidades diaspóricas, num movimento de “re-desterritorialização”, resultado de maior dificuldade para seu enraizamento no novo solo e a reinvenção do território de origem à luz da realidade local ressignificada. A subjetividade coletiva do grupo, ancoradas em imagens, sons e discursos sem nexos com o seu meio social imediato, acaba se desligando da sua realidade local e se projetando no imaginário obnubilante da origem mítica.

Analisemos, então, a questão migratória à luz desse cenário tecno-socio-subjetivo. Porém, vale esclarecer, antes, que a nossa abordagem não deve ser entendida numa perspectiva cronológica ou diacrônica (antes e depois da globalização), mas sim numa base comparativa dos modos de enunciação da identidade étnica dos grupos diaspóricos em contextos organizacionais diferentes: aqueles determinados pela territorialidade local e comunicação comunitária, e os inseridos na ecologia tecno-midiática global e transnacional.

3. Fluxos humanos e rastros midiáticos

As migrações³ são uma prática universal antiga, mas, na atualidade, o fenômeno vem sofrendo profundas transformações, devido a fatores de ordem política, econômica,

³ Imigração ou emigração? Há possibilidade de se ter uma sem a outra? Migração é um termo-compromisso que alude à partida-chegada, presença-ausência e o fato que, às vezes o processo migratório



organizacional, social e psicológica. Dentre os quais a industrialização e urbanização de grandes regiões do mundo e aumento da pobreza em outras, a recrudescência das guerras e lutas armadas, o declínio da natalidade nos países avançados, o surgimento das migrações planejadas (tanto na Europa como nas Américas), a aceleração e barateamento dos meios de transporte, o avanço do processo de globalização, a revolução tecnológica midiática e a tomada de consciência da possibilidade de mudança da trajetória pessoal e a naturalização de novas formas de desejo, subjetivação e realização pessoal (SAYAD, 1998).

Hoje, não são menos de 200 milhões de pessoas, espalhadas pelo mundo, vivendo fora de seu país ou região de origem; a embaralhar mais ainda os recortes convencionais de estados nacionais e fronteiras administrativas. Mas, o número é apenas indicativo quando se trata das comunidades diaspóricas em geral; já que esses grupos incluem várias gerações da mesma linhagem. Aliás, há de observar que, quando se fala em migrações, não se trata de um fenômeno uniforme ou homogêneo, mas sim de uma multiplicidade de conjunturas e contextos sociais e históricos que não podem ser reduzidos aos mesmos parâmetros analíticos.

A condição dos imigrantes marroquinos na Alemanha é diferente da vida de seus conterrâneos no Senegal, do mesmo modo que o status dos japoneses ou judeus no Brasil, hoje, é totalmente diferente de que há 60 anos ou, ainda, não se pode aplicar os mesmos critérios teóricos para apreender a situação das diásporas italiana e indiana nos Estados-Unidos. Mas, em todos os casos, são homens e mulheres que devem gerir, nas suas práticas cotidianas (das mais triviais às mais complexas e carregadas de significado ritualístico), sua herança simbólica e os sinais de sua diferença, em relação às manifestações sociais e culturais do mundo ao seu redor.

Ser migrante implica, muitas vezes, em produzir e configurar territórios existenciais próprios em espaços alheios, escrever e inscrever seu nome em outro alfabeto, exalar cheiros, sabores e perfumes fora da rotina do local, distorcer sons, palavras, musicalidades e acentos, narrar outras estórias, exibir corporeidades e espacialidades que interpelam, chocam e/ou seduzem. O “ser migrante” ou “ser diaspórico” é, antes de tudo e independentemente das circunstâncias materiais gerais de seu percurso, um ente

é múltiplo e contínuo; transformando o local de recepção em uma etapa pontual de um percurso sem destino predefinido ou predeterminado.



subjetivo e desejante, continuamente alimentado por motivações de ordem imaginária e simbólica.

Fatores imaginários, simbólicos e subjetivos que nos levam a contemplar a questão migratória a partir do ângulo “etnopaisagístico” preconizado por Appadurai (2004). Pois, segundo este autor, não há como dissociar, no contexto maior da atualidade, os fluxos humanos dos midiáticos – estruturantes do processo de globalização e por ele estruturados. A ideia de “ethnoscape” diz respeito ao conjunto dos deslocamentos humanos, espaciais ou subjetivos ocorridos no contexto civilizacional contemporâneo, marcado pela predominância das instâncias tecno-midiáticas e temporais sobre o substrato espacial.

De fato, os deslocamentos humanos não devem ser considerados apenas na sua forma espacial e física, mas também e, sobretudo, na sua dimensão subjetiva, simbólica e imaginária. Nesse sentido, o tripé migrações / mídia / produção de subjetividade é íntima e indissociavelmente constitutivo do mesmo mapa cognitivo no qual é projetado nosso devir contemporâneo. Todos são migrantes, uns como os outros passageiros da mesma nave comunicativa global; ou no modo de transporte espacial ou na modalidade de espaços midiáticos. Uns viajam para alcançar as imagens que vem de longe; outros se deixam levar longe pelas imagens que vem até eles.

Recorrendo, por outro lado, à tese de Sodré (2002) do *bios* midiático (uma quarta forma existencial que se sobrepõe às três categorias estabelecidas por Aristóteles), fica evidente que as coordenadas do real contemporâneo só se efetivam e tomam forma dentro e em fun o da esfera midiática. Até a tradicional comunica o “face a face”, por exemplo, se encontra destituída de seu paradigma territorial espacialmente localizado; já que nossos enunciados mais “autênticos” não deixam de passar por filtros semióticos globais e transnacionais.

O *bios* midiático global se impõe, portanto, como o verdadeiro l cus dos deslocamentos esp cio-subjetivos da contemporaneidade; o ponto de partida e de chegada do percurso migratório. Na partida, o migrante,   compelido pelo discurso midiático e sua est tica publicitária, fundada no hedonismo exacerbado e consumo desfreado. Do mesmo modo, as TICs (no caso, Internet) são um recurso amplamente usado pelos candidatos   migra o para a prepara o e concretiza o da viagem – seja ela legal ou clandestina.



Porém, muitas vezes, a chegada representa mais decepções e frustrações do migrante de que a realização imediata de suas fantasias de gozo ininterrupto com carros velozes e mulheres sensuais. As TICs se tornam, então, o seu recuo afetivo e de ligação com a terra, cultura e imaginário de origem. Até no caso das migrações bem sucedidas ou mais antigas, conforme detalhamos mais adiante, as TICs funcionam como uma teia psicológica que mantém o migrante seguro, mas também preso ao seu passado e aos seus antepassados.

Ou seja, a mídia e as TICs em geral são, paradoxalmente, responsáveis pelo duplo movimento de, ao mesmo tempo, atrair o migrante para seu destino subjetivo e dele o manter distante. Porém, não se trata de uma relação causal linear entre TICs e migrações (ainda que sejam um grande facilitador na realização da empreitada), mas sim de uma correlação complexa de co-determinação inerente a toda uma esfera subjetiva, cognitiva e civilizacional, onde os fluxos humanos e os rastros midiáticos (do *homo viator* e do *homo vidor*) são facetas de uma mesma realidade histórica e da mesma experiência existencial.

Talvez para melhor entendermos essa realidade, seria útil não considerar apenas as migrações propriamente ditas, mas, de um lado, o conjunto dos deslocamentos humanos dentro do espaço geográfico mundial atual (turistas, estudantes, congressistas, diplomatas, pesquisadores, missionários, etc..) e, por outro lado, a totalidade das imagens, sons e textos que circulam ao redor do planeta. Poderemos visualizar, então, o quadro em questão na sua abrangência, não de modo focado nos indivíduos migrantes, espectadores ou usuários das TICs, mas sim ao nível do fenômeno na sua totalidade; não do ponto de vista do sujeito isolado, mas sim enquanto subjetividade produzida na sua completude planetária.

Além da ruptura óptica introduzida pela mídia no olhar humano sobre o espaço físico (ruptura essa que iniciou sua ação cognitiva desde os primórdios do cinematógrafo e continua se aprofundando com as TICs na sua vertente móvel e convergente), há de concordar com Appadurai (2004) quanto ao caráter inédito da incrível massa imaginária liberada pela sociedade humana, graças aos agenciamentos subjetivos midiáticos. Nunca tanta imaginação foi produzida, nunca se imaginou tanto e nunca se acreditou tanto na possibilidade de realização dos frutos de sua imaginação. Mais ainda quando avaliamos a dramática redução das distâncias físicas, tanto pela aceleração dos meios de transporte



como pela sua condensação imagética midiática que reforça o sentimento de proximidade geográfica e alimenta o desejo de migrar.

Ainda que, por outro lado, essa mesma ilusão de óptica mantém o migrante preso às amarras de suas origens; propiciando a elaboração e expressão de um verdadeiro sentimento identitário transnacional – conforme expomos em seguida.

4. Redes virtuais e mídia transnacional

O conceito de transnacionalidade ou transnacionalismo traz, em si, uma síntese da problemática que nos preocupa. A noção diz respeito, ao mesmo tempo e de modo conjugado, às questões das migrações internacionais, da organização e comunicação comunitárias, das trocas interculturais e transculturais, do modo de enunciação das identidades étnicas e culturais na era contemporânea, do processo de globalização e do avanço e popularização dos meios de comunicação e transporte – correlato do encurtamento das distâncias e “encolhimento” do planeta.

Trata-se, por outro lado, de um fenômeno “pós-estado-nacional” inerente à realidade social e política que caracteriza o mundo contemporâneo, determinado pela inequação, doravante estrutural, entre os planos nacional-estatal e cultural-identitário. O que vem acentuando os pluripertencimentos e múltiplas lealdades de fatias cada vez maiores de seus cidadãos; pondo em xeque os antigos ideais jacobinos centralizadores e assimilacionistas, e naturalizando os reconhecimentos e referenciais multiterritoriais.

O transnacionalismo reflete, na sua superfície significativa, a nova configuração social, cultural, ética, estética e subjetiva resultante dos movimentos migratórios internacionais. Suas coordenadas organizacionais correspondem às práticas e modos de ação das variadas comunidades humanas inseridas em mais de um recorte social nacional estatal, tendo referenciais culturais, territoriais e/ou lingüísticos originais comuns, e conectadas através de redes sociais (inclusive virtuais) que garantem algum grau de solidariedade ou identificação além das fronteiras formais de seus respectivos países de destino.

A nova realidade, de natureza complexa e dinâmica, se apresenta como ambiente de mobilidade espacial e subjetiva apoiada em eficientes aparatos de comunicação comunitária étnico-cultural e mídia transnacional. As relações sociais tecidas pelos sujeitos e coletividades, nela inseridos, são movidas por temporalidades e espacialidades



globais, marcadas pelo devir diaspórico e desterritorializado. As distâncias geográficas e temporais são, assim, recompostas na forma de narrativas genealógicas e midiáticas que redesenham o mapa-múndi em função dos pluripertencimentos e múltiplas identificações do grupo.

De fato, se o distanciamento espacial e a relativa lentidão das comunicações da época pré-global permitiam uma reelaboração aprofundada dos códigos componentes da identidade minoritária no ambiente local e a sua conseqüente progressiva integração ou até assimilação, hoje, à medida que se configure uma nova esfera midiática étnico-cultural transnacional (Internet, redes virtuais, rádios e webrádios e canais de televisão por satélite – em torno de 6000 canais abertos, acessíveis no mundo inteiro por meio de tecnologias bastante banalizadas), se torna mais difícil a desvinculação do universo simbólico de origem ou o afastamento das comunidades “irmãs” espalhadas pelo mundo.

São milhares de comunidades étnicas, nacionais, culturais e/ou confessionais cuja identidade transnacional se encontra, hoje mais de que nunca, ressaltada e reforçada. Até nas comunidades mais antigas, se observa um movimento de “volta” às origens, “re-produção” de narrativas culturais, étnicas, religiosas ou nacionais diferenciadas e “re-construção” de referenciais mnemônicos supostamente autênticos e originais; cuja finalidade é a enunciação de uma identidade coletiva hifenizada ou transnacional.

Ainda que não seja regra absoluta, no contexto global, essas composições identitárias tendem a se reformular e se afirmar numa perspectiva propriamente transnacional; no sentido que é o referencial extra-estatal (remetente ao território ou à cultura de origem) que serve como catalisador semântico simbólico para a ativação e a efetivação dos discursos de reconhecimento, identificação e diferenciação dessas comunidades. Essa passagem de um quadro local de pertencimento étnico-cultural à sua reverberação transnacional, vale lembrar, se apóia na configuração atual da esfera pública e na concretude de sua nova economia política das comunicações.

De fato, a importância das TICs para a conformação de construtos identitários transnacionais equivale, hoje, ao papel do “capitalismo editorial” – referido por Deutsch (1969), Anderson (1996) e outros, na consolidação dos imaginários nacionais. Pois, paralelamente à sua estruturação organizacional em redes de redes, o presente cenário



global, sustentado pelas TICs, favorece a multiplicidade de sensibilidades e subjetividades transnacionais que desconhecem a continuidade física do terreno social e prescindem de uma ancoragem exclusiva no território efetivo ou no mapa estatal oficial.

Para uma aplicação possível da equação acima ao contexto da comunicação comunitária étnico-cultural / transnacional, lembremos que, numa época ainda recente, esse tipo de mídia se reduzia a algumas poucas publicações locais, onerosas, de baixa qualidade, restritas a pequenos grupos e a circulação limitada. Jornais, almanaques, revistas, boletins internos (geralmente com periodicidade bastante irregular) eram um luxo cobiçado do qual só as comunidades mais organizadas e mais abastecidas podiam desfrutar. Existiam também escassos programas de rádio e de TV e até algumas poucas rádios comunitárias (em clubes ou bairros específicos), mas o tudo era bastante precário e sem penetração significativa nas respectivas comunidades.

Portanto, o contato direto e contínuo com as notícias sociais e políticas e manifestações culturais e artísticas do país de origem, dos conterrâneos que não migraram, ou das comunidades irmãs estabelecidas em outros países não era nem fácil nem regular nem especialmente incentivado. O que contribuía no sentido de uma maior integração das comunidades étnicas no espaço social local de destino e a seu gradativo afastamento afetivo do universo simbólico de origem.

Enquanto, hoje, com o barateamento e a popularização das tecnologias de comunicação e, ao mesmo tempo a sua sofisticação, ampliação de seu campo de ação, facilitação de sua acessibilidade, banalização de seu manuseio e sua definitiva universalização, se pode notar que praticamente todas essas comunidades dispõem de um impressionante arsenal de meios de comunicação comunitária – tanto local como transnacional. Salto tanto quantitativo como qualitativo que reinventou, por completo, a prática de comunicação comunitária cultural e deu um impulso decisivo na reorganização das comunidades étnicas, seu reavivamento, seu religamento à sociedade e cultura de origem e sua inserção na nova dimensão transnacional.

Dentre as mudanças notáveis neste contexto, pode-se assinalar a migração da maior parte da produção editorial (jornais e revistas) do papel para o ciberespaço (transnacional por natureza), a proliferação de sites comunitários étnico-culturais a caráter transnacional em centenas de milhares, o excesso de voluntarismo e a



multiplicação de iniciativas pessoais sem credenciamento formal pela comunidade. O fenômeno merece até uma indagação sobre as inovações discursivas, linguísticas e estéticas introduzidas na prática jornalística e comunicacional em geral, a partir desses experimentos comunitários originais, sem compromisso com as formulas midiáticas tradicionais e os padrões lexicais formais.

Paralelamente, se pode atestar que houve um declínio quantitativo considerável na programação comunitária radiofônica e televisiva local tradicional, a aparição de webrádios étnicas e, principalmente, a explosão de uso de antenas parabólicas e receptores digitais que permitem a captação de canais de televisão diretamente dos países ou regiões de origem. Evolução que indica uma tendência à superação das instituições locais tradicionais (mídia dos países hóspedes), da linguagem a ela correspondente (passagem da radiodifusão para as webrádios) e o uso de aparelhos voltados para a difusão transnacional de programação radiofônica e televisiva.

Sem precisar lembrar, como ao faz Amezaga (2007), que sempre existe uma relação dialética entre desenvolvimento tecnológico e devir social, há de concordar com ele que o avanço das tecnologias satelitares mudou profundamente o papel da TV na formatação das identidades nacionais. Uma das principais novidades apontadas pelo autor é a possibilidade de a TV se impor enquanto meio de conexão entre as diásporas de uma mesma comunidade dispersa ao redor do mundo.

Pela possibilidade de driblar as limitações legais impostas pelos Estados nacionais à difusão televisiva, ao emitir a partir de outro território, rompe-se com a ideia de um canal recebido exclusivamente num território contínuo, mesmo que amplo; formando-se, então, novos espaços de comunicação, não mais nacionais, mas sim transnacionais. Assim, conforme destacado por Amezaga (2007), a difusão de canais públicos e privados de uma determinada região para além de um só Estado-nação, via satélite, possibilita a construção de espaços sociais diaspóricos e o desenvolvimento de fortes sentimentos identitários transnacionais.

De fato, não há dúvida que, além do conjunto de fatores sociais, políticos e econômicos já explicitados, TV por satélite, Internet, redes virtuais e outras TICs (telefonia móvel, *voip*, mensageiros instantâneos, webcams, etc..) são os principais responsáveis pela formação da esfera transnacional aqui referida. Do mesmo modo que não há como



ignorar a onda de fundo que assola as identidades diaspóricas, transformando-as em construtos identitários verdadeiramente transnacionais; progressivamente desligadas de seu espaço local e reconectadas à sua cultura e pertencimento de origem.

5. Apontamentos finais

Enfim, em guisa de conclusão, destacamos alguns dos pontos mais salientes de nosso percurso analítico: As identidades em geral, e as étnicas e culturais em particular, são formuladas de modo contrastivo. No atual quadro mundial dominado pelos discursos ultraculturalistas, a etnicidade se torna um referencial generalizado e naturalizado. O “eticismo” é mais forte ainda no contexto migratório, devido aos mesmos motivos. Se, tradicionalmente, a construção e enunciação das identidades étnicas e culturais é intimamente ligada ao substrato espacial, o processo de globalização e as TICs transferiram importantes panos da instância identitária, principalmente no contexto diaspórico, para a dimensão tecno-midiática. Os deslocamentos humanos não podem mais ser considerados apenas no seu nível físico-espacial, mas também nos planos subjetivos e imaginários. O tripé migrações / mídia / produção de subjetividade é íntima e indissociavelmente constitutivo do mesmo mapa cognitivo no qual é projetado nosso devir contemporâneo. As coordenadas do real contemporâneo só se efetivam e tomam forma dentro e em função do *bios* midiático. Existe, hoje, uma esfera identitária transnacional marcada pelo princípio de hifenização, pluripertencimento, múltiplas lealdades e diversidade dos quadros simbólicos de reconhecimento cultural e étnico. A nova realidade transnacional, de natureza complexa e dinâmica, se apresenta como ambiente de mobilidade espacial e subjetiva apoiada em eficientes aparatos de comunicação comunitária étnico-cultural e mídia transnacional. A conexão do grupo diaspórico com o mundo não se limita mais à realidade imediata da sociedade de destino, mas sim é continuamente reformatada pela mídia transnacional do país, terra ou cultura de origem. A importância das TICs para a conformação de construtos identitários transnacionais equivale, hoje, ao papel do “capitalismo editorial” na consolidação dos imaginários nacionais. No contexto global, essas composições identitárias tendem a se reformular e se afirmar numa perspectiva propriamente transnacional; no sentido que é o referencial extra-estatal que serve como catalisador semântico simbólico para a ativação e a efetivação dos discursos de reconhecimento, identificação e diferenciação dessas comunidades. No plano técnico, observa-se a



migração dos meios de comunicação comunitária dos suportes tradicionais para as redes virtuais. Os canais de TV por satélite (oriundos dos países de origem) desempenham um papel fundamental na manutenção de laços afetivos com o país de origem.

Bibliografia:

AMEZAGA, J. **Geolinguistic Regions and Diasporas in the Age of Satellite Television**. International Communication Gazette, vol. 69, n. 3, 2007.

----- **New uses for old needs in the diaspora: watching basque television in latin america**. Journal of International Communication, vol. 12, n. 2, 2006.

ANDERSON, B. **L'imaginaire national**, Paris : La Découverte, 1996.

APPADURAI, A. **Dimensões culturais da globalização**. Lisboa: Teorema, 2004.

BAUMAN, Z. **Identidade**. RJ: Zahar, 2004.

BERGALI, R. (coord.). **Flujos migratorios y su (des)control**. Barcelona: Anthropos, 2006.

BRANDÃO, C. R. **Identidade e etnia, construção da pessoa e resistência cultural**. SP: Brasiliense, 1986.

BRUNEAU M. **Diasporas et espaces transnationaux**, Paris: Economica, 2004.

KASTORYANO R. **Immigration, communautés transnationales et citoyenneté**. Revue Internationale des Sciences Sociales, n. 165, 2000.

DEUTSCH K. **Nationalism and social communication**, London: MIT Press, 1969.

ELHAJJI, M. **Papel da comunicação comunitária cultural na construção de espaços identitários transnacionais**. In: FUSER, B (org.). Comunicação para a cidadania: caminhos e impasses. RJ: E-papers, 2008.

ERIKSON, E. H. **Infância e sociedade**. RJ: Zahar editores, 1987.

GUATTARI, F. **Caosmose, um novo paradigma estético**. RJ: Editora 34, 1993.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. SP: Vertice, 1990.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. RJ: DP&A: 2001.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. SP: Loyola, 1993.

LELOUP, X et RADICE, M (direct.). **Les nouveaux territoires de l'ethnicité**. Québec: PUL, 2008.

LÉVI-STRAUSS, C. **Les structures elementaires de la parenté**. Paris: Mouton, 1981.

MAFFESOLI, M. **A conquista do presente**. RJ: Rocco, 1984.



MATTELART, T (direct.). **Médias, migrations et cultures transnationales**. Bruxelles: De Boek, 2007.

MEAD, M. **An inquiry into the question of cultural stability in Polynesia**. NY: Columbia University Press, 1928.

NORA, P. **Les lieux de mémoire**. Paris: Gallimard, 1997.

Park, R. E. **Human migration and the marginal man**. The American Journal of Sociology, vol. 33, n. 6, 1928.

SAYAD, A. **A imigração**. SP: Edusp, 1998.

SODRÉ, M. **Antropológica do espelho**. Petrópolis: Vozes, 2002.

----- **O terreiro e a cidade, a forma social negro-brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1988.

VERTOVEC, S. **Conceiving and researching transnationalism**. Ethnic and Racial Studies, n. 2, 1999.